

Comunicação e silenciamento institucional: a atuação das Relações Públicas durante a Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil¹

Aldia Luiza Gomes SAMPAIO²

Emanuelle Gonçalves Brandão RODRIGUES³

Thainá Evellyn Martiniano ALEXANDRE⁴

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL

Resumo

Este trabalho analisa a atuação das Relações Públicas na produção e difusão de narrativas institucionais durante a Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil, com base no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). O objetivo é compreender como as estruturas de comunicação institucional foram utilizadas na construção de narrativas oficiais, na tentativa de legitimar as ações repressivas e o silenciamento dos crimes cometidos pelo Estado. O estudo propõe uma reflexão crítica sobre o papel das Relações Públicas nas disputas de narrativa sobre o Golpe de 64, utilizando alguns conceitos centrais de Benjamin (1994) e Kunsch (2006). Os resultados iniciais indicam que as estruturas de comunicação institucional participaram da produção e circulação de versões oficiais sobre mortes ocorridas na Ditadura Militar.

Palavras-chave

Relações Públicas; Ditadura Militar; memória; Vladimir Herzog; historiografia.

Corpo do trabalho

No dia 31 de outubro de 1975, milhares de pessoas ocuparam a Catedral da Sé, em São Paulo, para um ato ecumênico que desafiou a Ditadura Militar. Elas estavam ali sete dias após o anúncio da morte de Vladimir Herzog. Herzog foi um jornalista e professor que foi convocado a comparecer ao Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI do II Exército), ao qual se encaminhou

¹Trabalho apresentado no GP2: Discurso, identidade e relações de poder, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Mestranda em Comunicação pelo Programa de Comunicação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), colaboradora da Comissão da Memória, Verdade, Justiça e Reparação da Ufal. E-mail: aldia.sampaio@ichca.ufal.br.

³ Doutora em Comunicação, Professora do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Presidenta da Comissão da Memória, Verdade, Justiça e Reparação da Ufal. E-mail: emanuelle.rodrigues@ichca.ufal.br.

⁴ Doutoranda em Linguística pelo Programa de Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Professora Voluntária do Curso de Relações Públicas da Ufal, colaboradora da Comissão da Memória, Verdade, Justiça e Reparação da Ufal. E-mail: thaina.alexandre@ichca.ufal.br.

voluntariamente na manhã do dia 25 de outubro de 1975 para prestar esclarecimentos sobre sua relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em nota institucional, o II Exército declarou que Herzog admitiu ligação com o PCB, foi preso e que, às 16h do mesmo dia, quando foi procurado em sua cela, o jornalista foi encontrado morto, enforcado com uma tira de pano e com um papel rasgado no qual teria descrito sua relação com o PCB.

Estava, assim, forjada a farsa do suicídio de Vladimir Herzog.

A farsa do suicídio de Herzog foi prontamente contestada assim que divulgada amplamente nos principais jornais do país. Uma semana após seu assassinato, o ato ecumênico em sua memória lotou a Catedral da Sé e foi conduzido pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor presbiteriano Jaime Wright. O ato reuniu milhares de pessoas e, além de denunciar a versão oficial divulgada pelo II Exército, transformou-se em uma das primeiras grandes manifestações públicas contra a Ditadura Militar. Herzog foi torturado e morto pelos militares, mas a versão oficial sobre sua morte foi publicada pelo II Exército, por meio da Assessoria de Relações Públicas (ARP) (Nassar, 2012). Assim como ocorreu com Herzog, outros militantes contrários à Ditadura Militar tiveram as versões de seus assassinatos publicadas pelo Serviço de Relações Públicas do I Exército, como informa o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado em 2014.

Sendo assim, as Relações Públicas atuaram na produção, organização e difusão de narrativas institucionais do núcleo gestor da Ditadura Militar, por meio de comunicados oficiais que orientavam a interpretação pública dos acontecimentos.

Nesse sentido, nossa proposta toma como referência um dos casos emblemáticos de disputa pela memória, como é o assassinato de Vladimir Herzog, para investigar como as Relações Públicas, inseridas dentro do aparato estatal da Ditadura (como assessorias especiais e serviços de comunicação do Exército), atuaram na produção, gestão e disputa da memória social sobre esses militantes e sobre o período.

Tomando como ponto de partida as informações apresentadas no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que evidenciam as estratégias de comunicação mobilizadas pela Ditadura diante das denúncias de violações de direitos humanos, nosso objetivo é compreender essa atuação para além de seu caráter técnico. Buscamos, assim, refletir sobre o papel das Relações Públicas na construção de versões que legitimaram a Ditadura Militar. Para isso, adotamos nosso corpus restrito ao relatório final da CNV. Como

método de investigação, adotamos a pesquisa documental, de caráter qualitativo, articulada à pesquisa bibliográfica.

Assim como em praticamente todo território da América Latina, os EUA financiou e articulou com as elites militares e econômicas desses países para barrar qualquer avanço das camadas populares. No Brasil, a consequência dessa disputa foi a Ditadura Militar, iniciada com o golpe militar de 1º de abril de 1964.

Desta forma, a memória sobre a Ditadura Militar brasileira é constantemente atravessada por disputas de narrativas, pois diferentes atores sociais buscam estabelecer interpretações sobre o passado que legitimem suas posições no presente. Nesse contexto, estruturas de comunicação institucional assumem papel relevante na divulgação de versões oficiais de acontecimentos políticos. Como observa Benjamin (1994), a história tende a ser narrada a partir da perspectiva dos vencedores, tornando-se parte central da estratégia de manutenção do poder, enquanto as experiências dos derrotados permanecem silenciadas. Casos como o de Herzog evidenciam as tensões entre a narrativa produzida pela Ditadura Militar e as denúncias de violências perpetradas pelo Estado, que emergiram da sociedade civil.

No campo da comunicação organizacional, a construção de narrativas está associada à gestão da imagem institucional, uma vez que as organizações produzem discursos que buscam consolidar a interpretação de fatos que envolvem sua atuação. Como observa Kunsch (2006), os processos comunicativos não se reduzem a uma transmissão linear de mensagens, pois são atravessados por contextos sociais. Portanto, compreender a comunicação institucional exige ultrapassar uma visão meramente mecanicista e considerar as disputas de sentidos que atravessam a produção e circulação das narrativas organizacionais.

Em Ditaduras Militares, entretanto, os processos de comunicação institucional podem assumir uma dimensão ainda mais estratégica. Então, quando observada sob essa perspectiva, a atuação das Relações Públicas exige uma reflexão crítica. Sendo assim, o caso do jornalista Vladimir Herzog evidencia esse processo, pois a história oficial divulgada à sociedade apresentou sua morte como suicídio, sendo comprovado, posteriormente, ser um caso de tortura e assassinato sob custódia do Estado. Retomar criticamente esses episódios significa questionar a história contada a partir do ponto de vista dos vencedores, evidenciando as disputas de memória que atravessam a narrativa e contradições presentes na comunicação institucional da Ditadura Militar.

A Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) foi criada em 1967, o órgão poderia ser chefiado por um civil ou por um oficial das Forças Armadas com formação em Relações Públicas. Nesse período, a AERP tornou-se uma das principais responsáveis pela articulação da comunicação institucional, atuando na produção e difusão de discursos voltados à construção de uma imagem positiva perante a população. Embora estruturas como a AERP tenham desempenhado papel relevante na organização da comunicação institucional, os dados do relatório da CNV indicam que a atuação das Relações Públicas integrava um conjunto mais amplo de práticas voltadas à produção e difusão de versões oficiais.

O governo Costa e Silva decretou, em 1968, o Ato Institucional nº 5, período marcado por censura, prisões arbitrárias, torturas e perseguições a opositores. Assim, a comunicação institucional, por meio da AERP, passou a desempenhar um papel estratégico na tentativa de administrar a imagem da Ditadura Militar e responder às críticas nacionais e internacionais sobre as violações de direitos humanos.

Ao longo da Ditadura Militar, o órgão responsável pela comunicação, vinculado diretamente à Presidência da República, sofreu sucessivas reformulações administrativas e mudanças de denominação, passando por AERP, substituída em 1975 pela Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP) e depois sendo dividida em duas, originando a ARP (Nassar, 2016, p. 155). Segundo Nassar (2016), essas alterações não significaram um desgaste da função, mas a continuidade do aparato estatal voltado à produção de discursos oficiais, na busca de legitimação das ações da Ditadura Militar..

No relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014c), há cinco episódios em que a divulgação oficial das mortes aparece explicitamente associada à comunicados emitidos pelo “Serviço de Relações Públicas”. Entre os casos mencionados estão os de Getúlio de Oliveira Cabral, Fernando Augusto da Fonseca, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Valdir Salles Saboia. A recorrência desse tipo de comunicação oficial permite identificar estratégias como a padronização de versão oficiais, a atribuição das mortes a causas como suicídio ou confronto e a centralização da divulgação por meio das estruturas institucionais, evidenciando que as práticas de Relações Públicas integravam a divulgação das narrativas institucionais da Ditadura Militar, indicando uma atuação orientada para a gestão da informação e o controle das interpretações públicas.

Para finalizar, partimos de uma compreensão de comunicação como a organização de um comum a ser partilhado, que se enraíza na experiência prática cotidiana. Sodré (2014)

afirma que é necessário pensá-la, acima de tudo, como uma ação no mundo. É precisamente nesse “comum”, segundo o autor, que a comunicação encontra seu objeto, sendo este um espaço de produção e disputa de sentidos. O assassinato de Vladimir Herzog e a farsa montada sobre ele evidenciam que as práticas de Relações Públicas podem ultrapassar a dimensão de uma mera atividade técnica de comunicação e se tornar parte ativa de estratégias políticas de legitimação do poder. No contexto da Ditadura Militar brasileira, as Relações Públicas eram exercidas como função estratégica vinculada às estruturas estatais, atuando na produção e difusão de narrativas oficiais que buscavam justificar a violência perpetrada por agentes do Estado, bem como produzir a legitimação social de que a Ditadura necessitava, evidenciando o papel das Relações Públicas na mediação entre Estado e sociedade, bem como na sua participação ativa na construção de sentidos sobre o período.

Nesse sentido, torna-se necessário compreender a história da área não como um percurso linear e técnico, mas como um campo atravessado por disputas de sentido e relações de força. Ao retomar essas experiências, o estudo aponta para a necessidade de uma abordagem crítica sobre o papel das Relações Públicas, reconhecendo suas contradições e evitando a naturalização de práticas que podem contribuir para o silenciamento de conflitos e a legitimação de violências.

Referências

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** (Obras escolhidas I). Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994d. P. 222-236.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade: Mortos e desaparecidos políticos** (Vol. 3). Brasília, DF: Comissão Nacional da Verdade, 2014c. Disponível em: <https://sl1nk.com/kl8owd4>. Acesso em: 05 mar. 2026.

KUNSCH, M. M.. Krohling .Comunicação organizacional: conceitos e dimensões dos estudos e das práticas In: MARCHIORI, Marlene. **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2006, pp.167-190. Disponível em: <https://sl1nk.com/53ob5zt>. Acesso em: 06 mar. 2026.

NASSAR, P.; FARIAS, L.; OLIVEIRA, M. Cenário histórico das relações públicas no Brasil. In: **Organicom**, Dossiê Relações Públicas: dimensões e práticas, v. 13, n. 24, 2016. Disponível em: <https://sl1nk.com/okrw7c7>. Acesso em: 07 out. 2021.

SODRÉ, M. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. São Paulo: Vozes, 2014.